



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGO/CMS 30.07.07

ASSUNTO: ATA DA CLIX (159ª) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO DIA 30 DE JULHO DE 2007.

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e sete, às dezoito horas e cinquenta minutos, no Auditório do IPREVILLE, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde em sua 159ª Assembléia Geral Ordinária. Estavam presentes: Maria Cristina B. Tobar, Hamilton Augusto do Nascimento, Luiza Helena Jordan, Jocelita Cardoso Colagrande, Douglas Calheiros Machado, Marlene Borderes Buzzi, Roland Ristow Júnior, Tércio Egon Paulo Karsten, Gerson Cipriano, Liamar Michelmann Laffin, José Rodrigues dos Santos Filho, Agenor Garret, Janaína Martins, Nilza Cristina L. Afonso Valor Gonçalves, Daniela E. Soares, Nelson Renato Esteves, Albertina Valentine Cristofolini, Jeovane Nascimento do Rosário, Luciano Soares, Deise Gomes, Mirian Possamai, Valério Rodrigues, Cátia Guimarães Pereira, Ana Lúcia de Melo, Nilse Victória Gomes, Narcizo Schaeffer Feijó, Tânia Izabel do Rosário Irala, Eliziane Holz Borges, Arodi Francisco de Oliveira, Abdon da Silveira, Lindomar Spindola de Oliveira, Sônia João Antunes, Luiza de Bastiani, Bruno Henrique Herzog, Jacira Alves de Lima, Isolde da Costa, Antonio Coelho, Luiz José Ladislau Silva, Valdir Vieira Rebello, Terezinha Amorim de Castro, Osni Leopoldo Batista, Sirlei Cidral, Cléia Aparecida C. Gisole, Roney Rogério Brumüller, José Carlos Laureth, Osmar José Pereira, Norival Braatz, Leonardo Rosalvo Jucinsky, Sandro Márcio Honorato, Anselmo Silvério, Neide Luzia Poffo, José Martins, Angelina Sombrio, sete representantes de Conselhos Locais de Saúde, representantes da Rede Feminina, UNIVILLE, Associação Catarinense de Ensino e servidores da Secretaria Municipal de Saúde. A pauta estava assim constituída: **1- EXPEDIENTES E INFORMES: 1.1** Comunicados diversos; **1.2** Aprovação da Ata da Assembléia Geral Ordinária de 28.05.07 pelos conselheiros da nominata anterior; **1.3** Apresentação e aprovação da pauta da reunião. **2- ORDEM DO DIA: 2.1** Rever a nominata das Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Saúde; **2.2** Apresentação do Pacto pela Saúde (Termo de Compromisso de Gestão Municipal) - 30' e apresentação do Parecer da Comissão de Assuntos Internos sobre o assunto; **2.3** Apresentação do parecer da Comissão de Assuntos Internos referente a aprovação da Prestação de Contas do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. **3- ASSUNTOS DIVERSOS.** O Presidente, Jeovane Nascimento do Rosário deu por aberta a sessão cumprimentando a todos e passando a palavra à Secretária Executiva para a leitura dos informes. **1- EXPEDIENTES E INFORMES: 1.1** Comunicados diversos: **1.1.1** Entrega das Atas das Assembléias Gerais Ordinárias de 26.02.07 e 25.06.07 para aprovação na próxima reunião ordinária. **1.1.2** Apresentação do filme “Políticas de Saúde no Brasil” – um século de luta pelo direito à saúde, com a presença do Dr. José Luiz Riani Costa - dia 15.08.07, em local a ser confirmado. **1.1.3** Convite recebido da Coordenação do Fórum Sul da Saúde para participação no Seminário “13ª Conferência Nacional da Saúde e os desafios atuais do SUS”, em Chapecó, nos dias 27 e 28 de julho/2007. **1.1.4** Ofícios recebidos do Fundo Nacional de Saúde referentes a liberação de recursos financeiros para ao Fundo Municipal de Saúde. **1.1.5** Convite da Prefeitura Municipal de Itapoá, aos conselheiros de saúde para prestigiarem a III Conferência Municipal de Saúde, dia 09.08.07, no Auditório da APAE. **1.1.6** O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador- CEREST convida aos interessados para participarem do IV Seminário em Saúde do Trabalhador da Macrorregião de Joinville e do 1º Encontro da Macrorregião de Joinville de Mestres de Obras, Encarregados e Empreiteiros, que ocorrerá nos dias 10 e 11 de agosto de 2007, no Auditório do Sindicato dos Metalúrgicos. **1.1.7** Ofício 002/07 GUPCAA/PROA/Planejamento e Avaliação, da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 06.07.07, solicitando a alteração do cronograma de Prestação de Contas trimestral junto ao Conselho Municipal de Saúde, para dois meses após o



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGO/CMS 30.07.07

encerramento do trimestre ao invés de um mês, conforme vinha ocorrendo, inclusive para antecipar a análise da Comissão de Assuntos Internos. O Presidente colocou em aprovação a proposta da Secretaria Municipal de Saúde e questionou a Plenária se havia algum esclarecimento a ser feito. Cléia questionou como antecipar a documentação para análise à Comissão de Assuntos Internos. Como ficaria a Resolução aprovada anteriormente pelo Conselho quanto a apresentação da Prestação de Contas um mês após o encerramento do trimestre. Propôs que se mantivesse como era feito anteriormente, apresentando o assunto à Plenária e posteriormente encaminhado à Comissão para análise. A conselheira Terezinha sugeriu o encaminhamento antecipado da documentação para análise dos conselheiros. Segundo a conselheira Cléia haveria um custo muito alto para o encaminhamento aos conselheiros. Luiza sugeriu que a Secretaria Municipal de Saúde justificasse o porquê da proposta, porém não houve ninguém que se pronunciasse naquele momento. A Secretária Executiva do Conselho, Marly, lembrou os conselheiros que a proposta de encaminhamento antecipado de documentações para análise à Comissão de Assuntos Internos havia sido aprovada na reunião do dia 28.05.07. Sr. Antonio colocou que realmente havia sido aprovada, apesar do voto dele ter sido contrário. Sugeriu que fosse votado novamente. Jeovane colocou que a proposta já havia sido aprovada naquela reunião. Teria que haver a maioria na plenária, pois se tratava de um item que já havia sido votado. Segundo Cléia e Sr. Antonio a plenária era soberana. Nilza esclareceu que a proposta havia sido aprovada porque o assunto era apresentado no Conselho e depois de algum tempo vinha o parecer da Comissão de Assuntos Internos, o que dificultava a lembrança dos conselheiros sobre o assunto. Luiza colocou que as Comissões de Assuntos Internos e Externos está para auxiliar nos pareceres do Conselho Municipal. Não via necessidade de encaminhar para a Comissão, pois quem fazia a análise e deveria deliberar era o Conselho. O conselheiro Luciano disse não haver razão para não se apresentar o parecer da Comissão juntamente com a apresentação feita no Conselho Municipal, pois a plenária poderia se valer para avaliar o assunto. Jeovane colocou que haviam duas votações: 1- a ampliação do prazo para apresentação da Prestação de Contas da Secretaria para sessenta dias após o término do trimestre ou a não ampliação do prazo; 2- o encaminhamento antecipado da documentação para a Comissão de Assuntos Internos ou o encaminhamento posterior à apresentação no Conselho. Foi aprovada por maioria dos conselheiros presentes a não ampliação do prazo para apresentação da Prestação de Contas, com abstenção do conselheiro Tércio e o encaminhamento da documentação posterior à apresentação no Conselho. Jeovane solicitou o empenho dos conselheiros para estarem analisando e votando os assuntos apresentados na Plenária. **1.1.8** Ofício 001/2007 do Conselho Local de Saúde do Bom Retiro, datado de 02.06.07, indicando a Sra. Maria Helena Alves da Maia Maier para participar da V Conferência Estadual de Saúde, na condição de observadora, com despesas por conta da proponente. **1.1.9** Correspondência do Núcleo de Fonoaudiologia da ACIJ datada de 28.06.07, justificando a ausência da conselheira Lila Jerusa N. Pereira Abreu na reunião do Conselho no mês de julho devido motivo de viagem e realização de cursos de aprimoramento profissional neste período. Aprovada a justificativa. **1.1.10** Ofício 122/2007 da Associação de Aposentados e Pensionistas de Joinville, datado de 26.06.07, informando sobre a substituição do conselheiro suplente Sr. Gerhardt L. Rothert, pelo Sr. Abdon da Silveira. **1.1.11** Ofício 664/07 da Maternidade Darcy Vargas, datado de 27.06.07, informando da substituição da Sra. Sandra Regina Medeiros da Silva, conselheira titular, pela Sra. Marlene Borderes Buzzi. **1.1.12-** Correspondência da Sra. Maria B. Altrack datada de 30.07.07, justificando sua ausência na reunião do Conselho Municipal de Saúde em 30.07.07 por motivo pessoal. Aprovada a justificativa. **1.1.13** Ofício 027/07 da Federação da



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGO/CMS 30.07.07

Associação de Moradores de Joinville, justificando a ausência do Sr. Donisete José de Souza na reunião de 30.07.07, por motivo de viagem a Paranaguá. Aprovada a justificativa. **1.1.14** Ofício DAC nº 0158/07 da Câmara de Vereadores de Joinville, datado de 20.07.07, convidando o Presidente do Conselho Municipal de Saúde para participar da reunião da Comissão de Saúde, Assistência e Previdência Social, a realizar-se no dia 15.08.07, às 14:30 horas, na sala das Comissões Técnicas. Assunto: Empresa Universal Left Tabaco Ltda. **1.1.15** Ofício UNIMED-CO-037/2007 datado de 12.07.07, solicitando a autorização de credenciamento do Centro Hospitalar UNIMED para a realização de retirada de múltiplos órgãos e tecidos. D. Terezinha colocou que o Ministério da Saúde liberou todos os Hospitais a fazerem retirada de órgãos. Aprovado o encaminhamento da solicitação para análise da Comissão de Assuntos Internos. **1.1.16** Ofício 002/07 do Conselho Local de Saúde do Bom Retiro, datado de 12.07.07, solicitando orientação do Conselho Municipal de Saúde ou elaboração de um projeto para sanar o problema de cachorros soltos nas ruas, que vêm provocando pânico nas pessoas de idade e nas crianças. Sr. Antonio questionou sobre o Centro de Zoonoses. O conselheiro Roland sugeriu orientar o Conselho Local de Saúde, informando que não era função do Conselho Municipal elaborar projeto, mas que estaria sendo encaminhado um ofício à Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações sobre o Centro de Zoonoses. D. Terezinha sugeriu ainda que se levasse o assunto ao conhecimento dos órgãos de meio ambiente que aquela também era uma questão ambiental. O Presidente disse que poderia ser acrescentada aquela informação no ofício ao Conselho Local de Saúde. Dr. Molina pediu para fazer um esclarecimento sobre o Controle de Zoonoses. Colocou que aquele era um assunto bastante discutido e apresentado repetidamente no jornal e na televisão. Era preciso entender que o Controle de Zoonoses não iria resolver o problemas de cachorros na rua. “Era preciso ter um política de saúde que devesse ser implementada”. Disse que se preocupava quando era transferida a responsabilidade para a Secretaria Municipal de Saúde. Colocou que houve várias reuniões com as ONGs inclusive com o Abrigo Animal, para desenvolver uma política de saúde que envolvesse o Centro de Zoonoses, que não compreendia somente cachorros, mas também vetores, doenças transmitidas ratos etc. Acrescentou que em 2003 houve uma proposta de implantação do Centro de Zoonoses no Parque Guarani, um convênio do Ministério com o Governo Estadual com a Secretaria Municipal de Saúde. Houve um posicionamento contrário da comunidade quanto a implantação naquele bairro. Alguns materiais e equipamentos foram comprados e armazenados e a verba foi devolvida para os recursos do BID. Colocou que havia cadastrado no Ministério da Saúde um projeto mais amplo, mas que não foram contemplados e que viriam a cadastrá-lo novamente em 2007 para aguardar um posicionamento daquele Ministério. O projeto já existia, a área era no Morro do Meio. Caso fossem contemplados, demoraria uns dois a três anos. Aprovado, por maioria dos conselheiros presentes, o encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações sobre o Centro de Zoonoses e providenciar a orientação ao Conselho Local de Saúde. **1.1.17-** Ofício 032/07-GUVS da Secretaria Municipal de Saúde datado de 16.07.07, solicitando o agendamento de pauta na reunião do Conselho Municipal de Saúde de agosto de 2007, com duração de aproximadamente, 30 minutos, para apresentação do Programa de Ações e Metas-AIDS (PAM) 2008 e Prestação de Contas 2006. Aprovado as solicitações de pauta para a próxima reunião ordinária do Conselho. **1.1.18-** Memorando interno nº 051/07 datado de 12/07/07 da Secretaria Municipal de Saúde, encaminhando o processo de contratualização do Hospital e Maternidade Bethesda para apreciação e homologação do Conselho Municipal de Saúde. Lembramos que o prazo final para formalização do processo é 28.08.07. **1.1.19-** Ofício



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGO/CMS 30.07.07

031/07 do Conselho Local de Saúde do Comasa datado de 06.07.07, solicitando informações a respeito da efetiva ampliação da Unidade de Saúde do Comasa, tendo em vista a grande demanda e as condições que não oferecem qualidade nas atividades desenvolvidas em benefício dos usuários. Aprovado, o encaminhamento da solicitação à Secretaria Municipal de Saúde. **1.1.20** Ofício DAC- nº 0129/07 da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Câmara de Vereadores de Joinville, datado de 02.07.07, encaminhando o relatório de visitas realizadas em 72 Unidades de Saúde para análise e posterior envio de respostas sobre as soluções para as dificuldades e necessidades existentes na área de saúde do município de Joinville. Foi sugerida a presença de um representante da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores para apresentar o Relatório, proposta esta aprovada por maioria dos conselheiros presentes. **1.1.21** Ofício nº 001/07 GUPCAA/PROA/Planejamento e Avaliação datado de 06.07.07, solicitando a inclusão da discussão sobre o Pacto pela Saúde na pauta da reunião ordinária de 30.07.07. **1.1.22-** Portaria nº GM nº 1.761 de 24.07.07 que fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação de Agentes Comunitários de Saúde. Marly fez a leitura da Portaria (em anexo). **1.1.23-** Ofício DAC 0167/07 de 26.07.07 da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município da Câmara de Vereadores de Joinville, convidando o Presidente do Conselho a participar da reunião que será realizada no dia 02.08.07, às 14:00 horas, na sala das Comissões Técnicas para análise e discussão do Projeto de Lei nº 218/07 de Diretrizes Orçamentárias. **1.1.24** Ofício 019/CES/2007 DE 20.07.07 do Conselho Estadual de Saúde que sugere aos Conselhos Municipais de Saúde que sensibilizem os gestores municipais no sentido de agilizar a confecção do Cartão Nacional de Saúde dos usuários do SUS, nos atendimentos que exigem autorização prévia: **SIA/SUS** e **SIH/SUS**. Douglas lembrou que a Secretaria Municipal de Saúde já realizava isto há muito tempo. O conselheiro Tércio sugeriu que o Conselho encaminhasse um ofício à Secretaria Municipal de Saúde com cópia para o Conselho Estadual de Saúde, proposta esta, aprovada pelos conselheiros. **1.1.25** Carta aberta aos apoiadores da Tenda Paulo Freire encaminhada pela conselheira Rosinete Fatima F. Neto – Coordenadora. **1.1.26** Dia 14 de agosto de 2007 Mobilização em Defesa do SUS, em Brasília – 17:00 horas – concentração no Salão Verde da Câmara dos Deputados e Procissão até o Palácio do Planalto. Em ato contínuo – audiência com o Presidente da República sobre: Regulamentação da EC 29 e Revisão da Tabela de Procedimentos do SUS e sua majoração. **1.2 Aprovação da Ata da Assembléia Geral Ordinária de 28.05.07 pelos conselheiros da gestão anterior.** Aprovada por maioria dos conselheiros presentes. **1.3 Apresentação e aprovação da pauta da reunião.** Aprovada a pauta com as inclusões dos seguintes pareceres da Comissão de Assuntos Internos: Contratualização do Hospital Bethesda, Renovação do convênio entre a APAE e a Secretaria Municipal de Saúde; Análise da Portaria 853, Reanálise da Resolução 23/2006 do Conselho Municipal de Saúde, Situação do Complexo Ulysses Guimarães solicitada pela conselheira Cléia e a mudança da Secretaria Municipal de Saúde para outro local pelo conselheiro Antonio. Nilse solicitou esclarecimento sobre quem faz a fiscalização nos Laboratórios que prestam serviços ao SUS, devido a reclamações de que haviam pessoas não habilitadas para realizar a coleta de exames. O Presidente colocou que seria interessante o encaminhamento formal da solicitação para o Conselho. **2- ORDEM DO DIA: 2.1 Rever a nominata das Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Saúde.** Segundo Sr. Narcizo, Coordenador da Comissão de Assuntos Internos faltavam dois representantes, um do segmento do governo e outro do segmento usuários. Foram aprovadas as indicações do conselheiro Hamilton Augusto do Nascimento, representante da Secretaria Municipal de Saúde para o segmento “governo” e a conselheira Eliziane Holz Borges, representante da



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGO/CMS 30.07.07

ADEJ, para o segmento “usuários”. A conselheira Terezinha pediu esclarecimento sobre o que eram estas Comissões. O Coordenador da Comissão de Assuntos Externos, Sr. Nelson, disse que havia um elenco de atividades que eram desenvolvidas pela Comissão como: fiscalização de obras do município, acompanhamento da contratação de profissionais de saúde, movimentação de pessoal. Faltavam dois representantes do segmento usuários, um representante dos profissionais de saúde e outro dos prestadores de serviço ou governo. Foram aprovadas as indicações das senhoras Tânia Izabel do Rosário Irala, representante da ADIJO e Terezinha Amorim de Castro, representante do Conselho Local de Saúde do Floresta para o segmento “usuários”, a Sra. Janaina Martins, representante da ABEn, para o segmento profissionais de saúde e o Sr. José Rodrigues dos Santos Filho, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Oficinas Mecânicas de Joinville. Quanto a Comissão de Assuntos Internos, Sr. Narcizo colocou que a Comissão analisava e orientava o Conselho em suas deliberações, acompanhava o andamento dos serviços que correspondiam ao Conselho, envolvendo a legislação, comparando dados. O Presidente chamou um representante da Comissão de Capacitação de conselheiros de saúde. A conselheira Sônia se apresentou. Falou da necessidade de completar a nominata da Comissão de Capacitação de conselheiros para o ano de 2007. Segundo ela, faltava um representante do Conselho Local de Saúde. Aprovadas as indicações de Sônia João Antunes, representando o Conselho Municipal de Saúde, Cléia Aparecida C. Giosole, representando o Conselho Local de Saúde, Erani Barbosa, representando a Secretaria Municipal de Saúde e com o apoio da Secretaria Executiva do Conselho.

2.2 Apresentação do Pacto pela Saúde (Termo de Compromisso de Gestão Municipal) e apresentação do Parecer da Comissão de Assuntos Internos sobre o assunto. Dr. Molina apresentou o assunto. Disse que o Termo de Compromisso de Gestão era um assunto extenso e que já havia sido apresentado para a Comissão de Assuntos Internos. Disse que estaria aproveitando uma apresentação feita pelo CONASEMS em Canoinhas no dia 17 de novembro para ter uma idéia do Termo pactuado e assumido pelo Gestor de Saúde, nas três esferas de governo, visando qualificar a gestão do Sistema Único de Saúde e elaborar os seus princípios e diretrizes. Era um documento que compreendia a responsabilidade sanitária dos gestores em assumir o compromisso de formular as políticas de saúde com base nas suas necessidades. Disse que para levantar estas políticas, o olhar do usuário tinha que agregar a rede de serviços já existentes, os atores sociais presentes no território e as informações epidemiológicas. Acrescentou que o município passava a ser o responsável pela integralidade de ação do município, pela pactuação da referência que acontecia dentro e fora do seu território, a pactuação das micro responsabilizações sanitárias tentando explicitar quais eram os compromissos com a equipe e a população no território de adscrição, desenvolvendo um processo de regulação e planejamento, programação e avaliação. “Tudo vai estar escrito no Pacto”, colocou. Enfatizou que o Termo de compromisso de Gestão eram os compromissos que o gestor estaria assumindo no momento da assinatura do Pacto. A regionalização sanitária e cooperativa, os objetivos fundamentais que é garantir o direito à saúde, reduzir as desigualdades sociais e territoriais, promover a integralidade da ação, racionalizar os gastos e otimizar os recursos, potencializar os processos de descentralização, eram os elementos que estavam contidos dentro do Termo de Compromisso. Quanto aos mecanismos de organização, foram feitos colegiados de gestão regional, de Câmaras técnicas, a programação assistencial orçamentária, o plano regional de investimentos. Colocou que o Pacto pela saúde era composto pelo Pacto em Defesa do SUS, Pacto pela Vida e o Pacto de Gestão do SUS. O Pacto pela Vida é um conjunto de compromissos sanitários que é o objeto do Termo de Compromisso. Citou os seis eixos que compreendem o Pacto pela Vida. Pactuar as metas



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGO/CMS 30.07.07

locais, definir as estratégias para alcançar estas metas e instituir um processo de monitoramento. Apresentou o Termo de Compromisso de Gestão Municipal entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Ministério da Saúde, onde continham seis cláusulas: 1- dos objetivos; 2- das atribuições e responsabilidades sanitárias do município (Responsabilidades da Gestão do SUS, Regionalização, Planejamento e Programação, Regulação, Avaliação, Controle e Auditoria, Gestão do Trabalho, Educação na Saúde, Participação e Controle Social); 3- dos objetivos e metas prioritárias dos Pactos pela Vida e de Gestão (Saúde do idoso, Controle de Câncer de colo de útero e de mama, Redução da mortalidade infantil e materna, Fortalecimento da capacidade de resposta às doenças emergentes e endemias, Promoção da Saúde, Fortalecimento da Atenção Básica, Regulação da Atenção e Regulação Assistencial); 4- dos Indicadores de Monitoramento e Avaliação do Pacto pela Vida e de Gestão; 5- da revisão; e 6- da publicação. No Termo de Compromisso, Dr. Molina colocou que o município pode não estar realizando alguns compromissos ali discriminados e aí estar estabelecendo quando poderá estar realizando. Segundo ele, há outros itens que devem ser realizados e outros que não se aplicam ao município, ou seja, o compromisso pode não estar inscrito no âmbito do município. Mostrou os itens que compõem cada um dos objetivos prioritários, suas metas nacionais e locais. Colocou que assinatura do Pacto deveria se dar em setembro de 2007, porém deveria ser efetivado em 2008. Citou alguns itens da pactuação dos indicadores de monitoramento e avaliação dos Pactos pela Vida e de Gestão, a serem pactuados na Atenção Básica, no processo da Programação Pactuada Integrada da Vigilância em Saúde. Mostrou o extrato do Termo de Compromisso onde estão elencados aquilo que o município não realiza e qual o prazo para passar a ser realizado. Ao ser colocado pelo Dr. Molina referente a questão da regionalização, Douglas questionou qual era a expectativa de se realizar a CIB Regional. Segundo Dr. Molina, estavam tentando sensibilizar os parceiros da Regional de Saúde, os gestores dos municípios para uma articulação mais ampla. Disse que esperava que os gestores das demais áreas se sentissem sensibilizados para conseguir formalizar uma CIB Regional. Falou que era um compromisso do Gestor, mas que ainda estava em fase de articulação. Dr. Tércio questionou a quem iria se reportar a CIB Regional. Conforme Dr. Molina a CIB Regional se reportaria aos Conselhos Municipal e Estadual de Saúde. O Presidente colocou aos conselheiros que o material apresentado estaria disponível na Secretaria Executiva do Conselho. Foram feitas duas inscrições para solicitação de esclarecimentos. A conselheira Sônia questionou se as estratégias eram apresentadas no Termo de Compromisso. Dr. Molina disse que as estratégias eram discutidas de acordo com os prazos estabelecidos e dentro do serviço ao qual pertencia. Dra. Selma, Coordenadora do Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, colocou que os prazos seria um processo que iria sendo construído com o tempo até para que o Conselho Municipal pudesse fazer uma cobrança. Disse que a data era uma referência para iniciar as ações que seriam feitas. A conselheira Janaína pediu cópia da documentação apresentada pelo Dr. Molina. Foi definido que se encaminhasse via email quando solicitado pelo conselheiro. Foram feitos dois questionamentos pela conselheira Cléia. 1- Dentro do Termo de Compromisso foi considerada a discussão realizada em 23 de maio de 2006 na Oficina Regional que aconteceu em Florianópolis e a discussão ocorrida em junho no Sindicato Têxtil com uma representante do Ministério da Saúde e o Dr. Dario Sales e também no dia 05 de agosto de 2006 na Plenária Macrorregional de Conselhos de Saúde, com a presença do Dr. Riani do Ministério da Saúde e nos dias 03 e 04 de novembro/2006 quando houve a Plenária Estadual e as propostas dos dias 1º e 02 de junho de 2007 na 7ª Conferência Municipal de Saúde que houve no município. Questionou se todas as propostas apresentadas foram contempladas junto ao Termo de



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGO/CMS 30.07.07

Compromisso tanto pela Secretaria Municipal quanto pela Comissão de Assuntos Internos quando fez parecer. Foi questionado também pela conselheira porque o Termo de Compromisso deveria passar pela CIB (Comissão Intergestores Bipartite) se o Conselho Municipal de Saúde é um órgão deliberativo. Segundo Dr. Molina, não seria possível dizer se todas as propostas foram contempladas, porém acreditava que sim, pois o assunto foi amplamente discutido. Disse que poderiam verificar se estavam incluídas. Colocou que o Ministério da Saúde estabelece metas e compromissos obrigatórios e que nada impedia que o município pudesse acrescentar outras ações prioritárias que achassem pertinentes para aquela região. Quanto a CIB, é um órgão representante das discussões que iriam ocorrer em todos os municípios. Acrescentou que a CIB congregava conselheiros, secretários de todos os municípios. Sr. Norival, Secretário da Saúde, pediu a palavra. Falou que a CIB não deliberava políticas de saúde, o Conselho Municipal é que tem esta função. A CIB faz a pactuação financeira. Colocou que o Pacto pela Saúde, em defesa do SUS e de Gestão se assemelha ao que existe hoje no país em termos de modelo de gestão. Todos os municípios de gestão plena, desde que pactuem, passam a ser gestores do próprio território e da população ou, dentro do Princípio da Regionalização, passam a ser referência para outros municípios. Colocou que o Ministério da Saúde propôs um Pacto de Gestão do Sistema, mas dentro do teto financeiro que cada município possuía. Comparou o Pacto a um ajustamento de conduta, ou seja, após sua assinatura, o Termo de Compromisso de Gestão seria um documento público e consignado pelas instâncias de demandas judiciais como o Ministério Público, o Judiciário. Disse que um fato novo era a transparência das responsabilidades, que se tornariam públicas, porém que seriam revistas a cada ano. “É um processo que está sendo construído”, acrescentou. O primeiro município a assinar o Termo é Florianópolis. Disse ainda, que pela primeira vez na história, o município de Florianópolis assume a gestão plena ao assinar o seu Termo de Compromisso, o município incorporou a Gestão da Regionalização, está assumindo, a partir de 2008 os Hospitais que estão sediados em Florianópolis. Acredita que o município de Joinville será o segundo município a assinar o Pacto, o que, segundo ele, teria algumas vantagens. O Ministério da Saúde colocou várias restrições aos Estados e aos Municípios que não estiverem com o Termo de Compromisso de Gestão assinados até 30 de setembro. Estes municípios ficarão impedidos de realizar convênios etc. A Portaria 399 ao definir os princípios sanitários no Pacto, definiu algumas prioridades, porém não elimina o Plano Municipal de Saúde, o Quadro de Metas que continuam valendo. A conselheira Luiza apresentou o Parecer da Comissão de Assuntos Internos sobre o assunto. Disse que a Comissão fez um comunicado, não um parecer. Colocou que a apresentação feita pelo Dr. Molina, já havia sido apresentada numa outra ocasião para os antigos conselheiros e o material disposto para a Comissão foi somente o Extrato apresentado, porém sem as datas de realização. Colocou ainda, que quando recebido o Extrato pela Comissão, a Secretaria Municipal de Saúde ainda estava trabalhando no documento, o que dificultou a discussão pela Comissão. A resposta com as datas vieram somente no dia da apresentação do parecer ao Conselho. Em função disto, fizeram um comunicado ao Presidente. *“Conforme solicitado através do ofício nº 001/07-GUPCAA/PROA/Planejamento e Avaliação datado de 06.07.07 da Secretaria Municipal de Saúde, quanto a inclusão do assunto Pacto pela Saúde na pauta da Assembléia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de 30.07.07 e a análise prévia da Comissão de Assuntos Internos, temos a informar que esta Comissão não teve condições de concluir o parecer sobre o assunto porque apesar de técnicos da Secretaria Municipal de Saúde terem dado informações e ter sido discutido o assunto em reunião com esta Comissão, o assunto não ficou finalizado por estarem as diversas gerências da*



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGO/CMS 30.07.07

Secretaria Municipal de Saúde trabalhando sobre os itens que o compõe, e por estar marcada uma reunião de trabalho das mesmas com o Secretário Municipal de Saúde para o dia 27 de julho (sexta-feira). Não existiu tempo hábil para envio à Comissão de Assuntos Internos para finalização deste trabalho que possibilitasse a emissão de parecer. Como o assunto possui prazo para a sua implantação, e por ser de interesse geral que o mesmo deixe de ser uma intenção e se torne uma ação, esta Comissão sugere que a apreciação seja feita em Plenária por ocasião da sua apresentação pelos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde e que mesmo que ainda pareça incompleto, deve-se entender que os assuntos constantes em cada eixo, em muitos casos, vão requerer uma construção e aperfeiçoamento a médio e longo prazo em função da sua complexidade ou por envolverem incorporações de condutas, treinamentos, estruturações, etc. Por isso sugerimos que seja aprovado e solicitado da Secretaria Municipal de Saúde a informação periódica do estágio de evolução alcançado. Isto poderia ser trimestramente apresentado ao Conselho Municipal de Saúde”. Sra. Luiza colocou que como era um processo em construção, conforme dito anteriormente pelo Sr. Norival e pelo Dr. Molina, as dúvidas poderiam ser sanadas a medida em que surgissem. A sugestão era de que a Plenária tomasse a decisão. Cléia sugeriu que as próximas apresentações fossem especificamente sobre o assunto para possibilitar um debate. Disse se tratar de um assunto de muita responsabilidade para se aprovar numa reunião, até porque, a maioria dos conselheiros eram novos. Questionou se o Termo de Compromisso foi contemplado com as propostas apresentadas na Plenária de Conselheiros de Saúde e com as propostas aprovadas na Conferência de Saúde. Como ficaria aquela situação? Luiza esclareceu que a Comissão analisou somente o Termo de Compromisso de Gestão. Os demais assuntos já haviam sido apresentados no Conselho em outra ocasião. Conforme Dr. Molina a apresentação já havia sido feita no Conselho, porém faltavam as datas de realização dos compromissos. Dra. Selma colocou que a documentação do Pacto foi encaminhada ao Conselho no final do ano de 2006. A discussão que estava faltando era o Termo de Compromisso de Gestão, nos quais alguns itens ainda não eram realizados pela Secretaria Municipal de Saúde e que faltavam as datas para realização. No dia 26 de março foi feita uma primeira apresentação e, a partir daí, não houve nenhuma solicitação. Douglas disse estar de acordo com o parecer da Comissão, que poderia ser aprovado e que se fizesse um acompanhamento trimestral do Pacto. **Aprovado, por maioria dos conselheiros presentes, o Termo de Compromisso de Gestão, devendo ser apreciado, trimestramente, pelo Conselho Municipal de Saúde.** O Presidente colocou que em virtude de alguns assuntos ainda em pauta a serem apresentados e por motivo do adiantado da hora, sugeriu o agendamento de uma reunião extraordinária do Conselho para o dia 13 de agosto. Cléia solicitou esclarecimento para a próxima reunião sobre a inclusão de pauta referente ao Complexo Ulysses Guimarães, isto é, quanto as obras no Complexo, o acidente ocorrido com uma senhora, a prestação de contas referente a obra. O Presidente colocou caso os conselheiros concordassem a mesa poderia estar fazendo o esclarecimento. Sr. Narciso solicitou questão de ordem. Disse que havia necessidade de apresentar o Parecer referente a contratualização do Bethesda. Ao consultar os conselheiros sobre a permanência dos mesmos no Plenário, a maioria concordou. **Sr. Narciso apresentou o Parecer nº 31/2007 referente a Análise do Processo de Contratualização do Hospital e Maternidade Bethesda.** *“Considerando: que a entidade cumpre os requisitos previstos na Portaria 3277 de 22 de dezembro de 2006; que a entidade está localizada em região desprovida de instituição hospitalar pública nas proximidades; que o município de Joinville possui número total de leitos hospitalares para o atendimento da sua população, não podendo dispensar qualquer instituição do gênero para a prestação da assistência hospitalar aos seus habitantes; que a*



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGO/CMS 30.07.07

entidade oferece todos os seus serviços indistintamente para o atendimento via SUS (internação, SADT e emergência); sugere a aprovação do Processo de Contratualização do Hospital e Maternidade Bethesda ressaltando que é de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, na qualidade de contratante e gestora da saúde no município, a solicitação, verificação, validade e análise dos documentos necessários a entidade, tais como estatutos, inscrições, certidões e alvarás". Ao colocar em aprovação, o Parecer da Comissão de Assuntos Internos foi aprovado por maioria dos conselheiros presentes. Quanto ao esclarecimento da conselheira Cléia sobre o Complexo Ulysses Guimarães, o Presidente disse que caso os conselheiros concordassem em permanecer no Plenário, a mesa diretora do Conselho havia tomado a iniciativa de encaminhar ao Hospital Municipal São José e a Secretaria Municipal de Saúde um ofício solicitando informações a respeito do assunto. Os conselheiros concordaram em permanecer no Plenário. Douglas leu a resposta do ofício encaminhado ao Hospital São José (em anexo). Esclareceu que o ofício foi encaminhado primeiramente para o Hospital e após ter recebido a resposta, foi encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde naquele dia (30.07), para envio de resposta e mesmo assim, havia sido apresentada a resposta da Secretaria. Douglas fez a leitura do documento (em anexo). Jeovane aproveitou para colocar que foi convidado pelo Secretário Norival Silva, para uma reunião com a Empreiteira, com o Hospital Municipal São José e a Secretaria Municipal de Saúde. Quanto ao acesso, foi definido que no prazo de 5 a 7 dias estaria sendo disponibilizado para ambulâncias, automóveis e pedestres e havia sido acertado os pagamentos e a continuidade da obra no que se referia a sua primeira etapa. Cléia questionou sobre o valor de Um milhão que estava sendo devolvida ao Ministério da Saúde. Segundo Jeovane, não foi devolvido. Pediu a conselheira que encaminhasse formalmente através do Gabinete de um dos Vereadores para que o Conselho pudesse deliberar. Sr. Carmelito, Presidente da Associação dos Funcionários do Hospital Municipal São José, disse ter encaminhado à Diretoria do Hospital um ofício sugerindo a colocação de placas de identificação às suas dependências. O Secretário da Saúde, Sr. Norival, se propôs a falar sobre o assunto. Disse que o Complexo Ulysses Guimarães virou objeto de um debate público, expondo a questão à sociedade, que, segundo ele, era necessária. Colocou que era uma obra feita com a participação dos três entes federados. A 1ª fase correspondia à União, ao Estado e ao Município e a 2ª, à União e ao Município. Segundo ele, a 2ª etapa da obra estava sob júdice. “Esta obra foi dividida em dois projetos, embora seja uma coisa só”. Falou que a 1ª etapa estava concluída em 80%, faltando somente a fase hidráulica e elétrica, que pouco aparecia. Segundo o Secretário, o empreiteiro da obra colocou que se mantida a regularidade dos pagamentos, a 1ª etapa estaria terminada em outubro ou novembro. Na 2ª etapa da obra, é que estavam impedidos de iniciar, devido a liminar judicial. Sr. Norival colocou que estavam com Dois Milhões e Setecentos Mil Reais da 2ª etapa, que não havia chegado em Joinville há três meses, como estava sendo dito. Disse que mesmo que quisesse não poderia estar usando aquele dinheiro. “Primeiro, que o juiz impede, segundo, porque são dois convênios. Falou das ações que estavam implementando para tentar resolver aquela questão. Segundo ele, o município faz a sua contrapartida de convênio ao final da obra, quando se esgota o dinheiro de transferência. O Estado deve ainda R\$ 986 mil, depois é que entra a contrapartida do município. Disse que fizeram um encaminhamento com o Empreiteiro, junto com o Eng. Valter que vai monitorar a obra, com a equipe técnica da Secretaria para estabelecer um cronograma financeiro vinculado à execução da obra. Quanto a questão do acesso, disse já ter reconhecido o seu erro e estavam providenciando as placas para orientação dos usuários. Falou da sua ida ao Ministério da Saúde para solicitar a incorporação dos dois convênios em um só. Colocou que teriam uma nova reunião, no início de agosto,



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGO/CMS 30.07.07

com a Diretora, Dra. Lúcia Helena, para ter uma solução de encaminhamento. Lembrou que o Conselho deveria estar atento, pois o desconforto do que acontecia no Pronto Socorro do Hospital Municipal São José, não iria resolver o problema da falta de leitos. Joinville precisaria de, pelo menos mais, cem leitos, acrescentou. O Hospital São José era um hospital de clínica básica e passou a ser um Hospital de referência de várias especialidades. Os pacientes entravam pelo Pronto Socorro, porque 80% dos casos, eram pacientes que sofriam algum tipo de trauma e como não possui leitos disponíveis não é possível agendar o Centro Cirúrgico ou a UTI, resultando naquela aglomeração de pacientes no Pronto Socorro. Acrescentou que de forma nenhuma qualquer indivíduo poderia acusar o Hospital Municipal de Saúde de omissão de atendimento. A sociedade joinvilense precisa ser mais solidária com o Hospital São José. Colocou ser necessário discutir o Ulysses Guimarães mas também discutir mais cem leitos para o Hospital São José. Dr. Tércio questionou ao Secretário como o Conselho poderia ajudar naquela situação. Sugeriu chamar os críticos para um debate. O Secretário concordou. A conselheira Ana questionou quem fazia parte dos projetos que eram elaborados. Luiza Jordan disse que fazia parte do Projeto do Ulysses Guimarães desde a década de 80. Esclareceu que com a evolução do Hospital, passaram a ter muitos pacientes fora de leitos de UTI e o Pronto Socorro cheio, havendo a necessidade de melhorar as Unidades de Apoio, porém não foram feitas reformas, foram feitas adequações para agüentar um tempo mais. Disse que haviam ido várias vezes ao Ministério da Saúde, levando um número enorme de projetos e plantas, até que se conseguiu sensibilizá-los. Esclareceu ainda, que o Projeto do Ulysses Guimarães foi feito em duas etapas porque se fez uma parte para depois fazer a outra. Pelo adiantado da hora, o Presidente lembrou os conselheiros da reunião extraordinária do Conselho no dia 13 de agosto e deu por encerrada a reunião, às vinte e uma horas e vinte minutos, da qual eu, Marly, lavrei a presente Ata, que vai por todos assinada.